



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0005134-66.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Impugnação de Crédito - Recuperação judicial e Falência**
 Impugnante: **Elisa Signoreto Barbarini**
 Impugnado: **OPTO ELETRONICA SA e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

Trata-se de pedido de habilitação de crédito trabalhista movido por **ELISA SIGNORETO BARBARINI**, nos autos da recuperação judicial de **OPTO ELETRÔNICA S/A e OUTROS**. Alega, em resumo, que é credora das recuperandas na importância de R\$ 57.335,22.

Acostados à inicial vieram os documentos de fls. 3/10.

Manifestação do administrador judicial às fls. 15/17.

As recuperandas se opuseram ao pedido (fls. 21/22). Requereram o indeferimento da petição inicial com consequente extinção do feito sem resolução do mérito, diante da ausência de documentos indispensáveis à propositura da ação.

A habilitante se manifestou às fls. 26/27.

O Ministério Público se manifestou (fl. 35) requerendo a intimação da habilitante para juntar aos autos cópia da ata de acordo solicitada pelo administrador judicial à fl. 15.

A habilitante se manifestou novamente à fl. 39, juntando a cópia do acordo trabalhista que deu origem ao crédito objeto da presente habilitação às fls. 40/42 e posteriormente, novos documentos às fls. 55/59.

Manifestação do administrador judicial (fls. 66/67) requerendo a intimação da habilitante para acostar aos autos o extrato de conta vinculada ou a guia para levantamento do FGTS.

Nova manifestação da habilitante (fl. 71), com a juntada dos documentos solicitados (fls. 72/74).

O administrador judicial se manifestou novamente às fls. 89/90 requerendo a juntada de novos documentos necessários à elaboração dos cálculos.

Manifestação da habilitante à fl. 99.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Manifestação da recuperanda à fl. 113 com a juntada de documento à fl. 114.

O administrador judicial e o perito contábil opinaram pela inclusão do crédito trabalhista no montante de R\$ 42.588,37 (fls. 119/121).

O Ministério Público aquiesceu com o pedido, no valor apurado pelo administrador judicial (fls. 125/126).

É o relatório.

Fundamento e decidido.

Trata-se de pedido de habilitação de crédito trabalhista nos autos da recuperação judicial em epígrafe.

O administrador judicial trouxe aos autos laudo técnico que analisou à contento os valores a serem habilitados, opinando pela inclusão do valor de R\$ 42.588,37, classificado como crédito trabalhista e observando inclusive, a posição deste juízo em relação à inclusão dos valores do FGTS.

Houve aquiescência do representante do Ministério Público quanto ao valor indicado pelo Administrador Judicial (fl. 125).

Friso que o artigo 9º, inciso II, da Lei nº 11.101/05, estabelece a data da propositura da ação de recuperação judicial como termo limite para a atualização monetária dos créditos, o que foi observado, nada havendo que se modificar.

O acordo trabalhista que originou o crédito objeto da habilitação foi inadimplido em 15/12/2014, de modo a incidirem juros proporcionais desde a data de seu descumprimento até a data do pedido de recuperação judicial, tal como apresentado nos cálculos elaborados pelo contador judicial.

Diante do exposto, **DEFIRO A HABILITAÇÃO** do crédito trabalhista em favor de **ELISA SIGNORETO BARBARINI**, no valor de **R\$ 42.588,37**, tendo como devedora Opto Eletrônica S/a e outro, cujo pagamento obedecerá aos prazos e critérios determinados no plano de recuperação judicial.

O crédito aqui discutido deverá ser classificado como privilegiado, nos termos do artigo 83, inciso I, da Lei 11.101/05.

Certifique-se nos autos principais da recuperação, cabendo ao Administrador providenciar a correta inclusão na relação de credores.

Por força da sucumbência, condeno ainda a requerida ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios ora fixados em 10% sobre o valor atualizado da



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

condenação.

Com o trânsito em julgado, ao arquivo eletrônico.

Ciência ao MP.

P.I.

São Carlos, 25 de junho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**